

O Colégio de Jesus do Recife e Igreja de Nossa Senhora do Ó. História e Articulação Espacial

Anna Maria Fausto Monteiro de CARVALHO *

História

Em 1654, quatorze anos após a Restauração da monarquia portuguesa e o término dos vinte quatro anos da tomada holandesa do Nordeste brasileiro, a Capitania de Pernambuco, até então hereditária, passou ao domínio da Coroa.¹ Por essa ocasião, os jesuítas deliberam construir um colégio e igreja em Santo Antônio do Recife, mais precisamente no sítio da antiga Mauritiópolis, fundada em 1637 pelo conde batavo Maurício de Nassau, na ilha de Antônio Vaz. Conforme mostram a “Perspectiva do Ressife e Villa de Olinda”², de João Teixeira Albernaz I, e de ca.1616, e a gravura do holandês Visscher, “Das Nordertheil des Land Brasilen”³, da época da invasão, a ilha era uma várzea de porto e barra, bem protegida de arrecifes, situada entre os rios Capiberibe e Beberibe. Ficava fronteira à península conhecida como “Ressife” ou “Povo”, um lugarejo de portugueses, fundado ainda no século XVI como entreposto da vila de Olinda, a sede da capitania. No “Povo”, em 1619, os jesuítas haviam estabelecido, em casa de aluguel, uma “escola de ler e escrever”. Contudo, o projeto aí de uma residência fixa de ensino, então reclamado pelos moradores, não fora adiante devido à invasão.⁴

Recife crescia e prosperava rapidamente, graças não só ao eficiente sistema de urbanização legado por Nassau – drenagem e interligação das ilhas pantanosas através de pontes e canais (bem assinalados na planta holandesa “Mauritiópolis Reciffa, et Circunjatentia Castrum”⁵) – quanto à sua própria

* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

¹ Durante a Restauração da monarquia portuguesa, o seu donatário, Duarte Albuquerque Coelho, havia tomado o partido da Espanha.

² MS, color. Integra o códice *Rezão do Estado do Brasil no Gverno do norte, somete asi como o teve dō Diogo de Meneses até o anno de 1612, ca. de 1616*, at. a Diogo Campos Moreno. Biblioteca Pública Municipal do Porto.

³ Gravado por Claes Janszoon Visscher, 1630. Ministério das Relações Exteriores. Mapoteca Histórica.

⁴ Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Volume V. Lisboa/Rio de Janeiro, Casa da Moeda/Imprensa Nacional, 1945, p. 460-462.

⁵ Gravura em cobre, extraída do livro de Gaspar Barléu, *Rerum per Octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum*, Amsterdam, Ioannis Blaeu, 1647. Fundação Biblioteca Nacional.

vocação mercantilista. E Olinda, que no século XVI se tornara a vila mais importante da Colônia, ligada à aristocracia dos senhores de engenho, onde inclusive os jesuítas haviam estabelecido, entre 1584 e 1592, um dos três centros jurídico-administrativos da Companhia no Brasil⁶ – o Real Colégio de Jesus de Pernambuco – recuperava-se, a duras penas, dos estragos causados pelos invasores.

Ocorre que, desde a Restauração e o Brasil livre dos holandeses, a Metrópole investia com mais intensidade nesta sua principal colônia, elevando-a, inclusive, ao *status* de Vice Reino de Portugal e dos Algarves. Ao se adaptarem a esses novos tempos, os jesuítas desenvolveram um programa edificativo monumental, iniciado, em 1654, pelo Real Colégio de Bahia, na capital da colônia, e que consistiu em expressivas reformas e acréscimos nas áreas de Ensino e da Comunidade e, sobretudo, na substituição da pequena igreja do Salvador, datada de 1572, por outra de grande porte⁷, construída dentro dos complexos padrões da fase final do Maneirismo da Contra Reforma em Portugal, seguidos, por exemplo, na igreja de Jesus (1598/9-1664), do Colégio de Coimbra. Dos finais do século XVII a XVIII, esse programa foi implantado de norte a sul do litoral brasileiro, nos centros urbanos com franca possibilidade de desenvolvimento. Como a construção, entre 1680-1719, do Colégio e Igreja de São Francisco Xavier⁸, em Belém do Pará, ainda marcada pelo Maneirismo Tardio e de uma segunda igreja para o Colégio do Rio de Janeiro, a de Santa Cruz, iniciada, em 1749, sob a influência do barroco joanino, e que ficou inacabada em consequência da expulsão dos jesuítas de todo território brasileiro em 1759⁹.

Em Olinda, no entanto, apesar da sede da capitania ter aí permanecido após a expulsão dos holandeses, os prédios do Colégio e da Igreja da Graça não entraram nesse ritmo construtivo monumental. Foram restaurados, em 1666, dentro da arquitetura severa e sóbria que caracterizou a fase inicial do Maneirismo da Contra Reforma em Portugal uma adaptação local do partido jesuítico romano quinhentista¹⁰ ainda que o frontispício da igreja, na ocasião, tivesse sofrido uma tímida “modernização barroca”. Entre 1974-1978, uma nova reforma¹¹ devolveu ao edifício seu aspecto original.

A demanda de um colégio no Recife, concorrente ao de Olinda, reflete os antagonismos então vividos pelas duas principais urbes pernambucanas – uma ligada à empobrecida nobreza da terra, mas com o controle político da

⁶ Os outros dois eram os Reais Colégios de Salvador, cidade-sede do governo colonial, e do Rio de Janeiro, o mais importante centro urbano do sudeste brasileiro que, em 1763, se tornou a capital do Vice-Reino do Brasil, Portugal e Algarves.

⁷ A atual catedral de Salvador.

⁸ A atual igreja de Santo Alexandre.

⁹ Sanção régia, promulgada por D. José I em 3 de setembro de 1759.

¹⁰ O Maneirismo da Contra Reforma chegou ao Brasil em 1577, através do arquiteto português Irmão Francisco Dias (1523-1620). Tido como colaborador do arquiteto patricio Afonso Álvares e talvez de Filipe Terzi na construção a igreja de São Roque, da Casa Professa de Lisboa, Dias foi enviado pela Companhia para dar início à construção de sedes definitivas para os colégios, dentre eles os Reais. É considerado o Patrono da Arquitetura no Brasil. Francisco Rodrigues, S.J., *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Porto, 1931-1944, T. II, vol. 1, p. 67.

¹¹ Sob a responsabilidade do arquiteto e professor da UFPE, José Luís Mota Meneses.

Capitania e a outra, à próspera burguesia de mercadores, a cujas mãos passara o controle econômico. Razão pela qual, vale lembrar, a gente de Olinda, na chamada Guerra dos Mascates combateu, em 1710, a elevação de Recife à categoria de vila, pois a promoção de uma significaria o sacrifício da outra.¹²

Em 26 de abril de 1655, a ordem régia firmada por D. João IV concedeu aos jesuítas a licença requerida para a fundação da Casa do Recife, aberta com os cursos de “ler, escrever e contar” e de “Latim”. Para tal, o governador de Pernambuco, Francisco Barreto, doou a igreja dos franceses calvinistas, construída em 1642 e, ainda, duas casas de sobrado fronteiros a ela.¹³ A gravura “Boa Vista”, de Frans Post, datada de 1643¹⁴, mostra, na letra F, o “Templum Gallicum”, à margem esquerda do rio Beberibe, numa zona urbana nobre e central, situada entre os “Palatium Friburgum” (D) e “Domus Boa Vista” (B), pertencentes ao conde de Nassau. A ‘Casa’ teve o estatuto de Colégio reconhecido em 1677, através da generosas doações¹⁵ de ricos moradores do Recife, movidos inclusive pelo bairrismo a respeito de Olinda, o que lhe garantiu autonomia econômica para seu sustento, fundamento da própria noção de colégio.

Para realizar seus fins educacionais – formar, em nível médio e superior, leigos e missionários – e em concordância com uma povoação em grande crescimento, impôs-se, como vimos, a adequação do Colégio do Recife no programa monumental, com a construção de edifício mais apto. O lançamento da pedra fundamental ocorreu em 18 de dezembro de 1686, dia de Nossa Senhora do Ó, a quem, quatro anos depois foi consagrada a igreja.¹⁶ Para as obras, o reitor Pe. Gonçalo do Couto contratou o minhoto Antônio Fernandes de Matos (c.1640-1701), um experiente construtor de realizações de vulto no Recife.¹⁷

Em 1759, quando fechou, o Colégio do Recife rivalizava com o de Olinda nos cursos de Estudos Gerais e Superiores¹⁸, e era sustentado por uma Fundação de consideráveis recursos econômicos.¹⁹ A igreja de Nossa Senhora do Ó, local de magníficas solenidades no decorrer da vida social da cidade. A

¹² Os habitantes do Recife (chamados pejorativamente de mascates pela a aristocracia rural), em requerimento a D. João V, solicitaram a autonomia municipal da urbe, com a instalação dos foros competentes e dos demais padrões de vila (como o Pelourinho) ao que se opôs tenazmente o Senado de Olinda. Os conflitos entre as duas vilas só vieram a ser solucionados quatro anos depois.

¹³ José Antônio Gonsalves de Mello, *Antônio Fernandes de Matos 1671-1701*, Recife, Edição dos Amigos da DPHAN, Recife, 1957, p. 35.

¹⁴ Gravura em cobre, inserta no livro de Gaspar Barléu, *Rerum per Octennium in Brasilia et alibi nuper gestarum*, Amsterdam, Ioannis Blaeu, 1647. Fundação Biblioteca Nacional.

¹⁵ Como uma fazenda no Rio São Francisco, deixada por Antônio de Souto Macedo; e a quantia de “16.000 cruzados efectivos”, feita pelo capitão Antônio de Gouveia Soares. O colégio deveria sustentar, inclusive, 10 ou 12 religiosos. Serafim Leite, *História...*, V, (1945), p. 462 e 477.

¹⁶ José Antônio Gonsalves de Mello, *Antônio Fernandes de Matos*, (1957), p. 36.

¹⁷ Arco e Capela do Senhor do Bom Jesus (c.1680-1683); Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo do Recife (c.1685-1701); Fortaleza Madre de Deus (c.1684-1695); Igreja e Hospício da Madre de Deus (c.1679-1683); Quartel dos Soldados (1693-1696); Molhe do Porto (1696-1699), dentre outros serviços. José Antônio Gonsalves de Mello, *Antônio Fernandes de Matos*, (1957), pp. 18-67.

¹⁸ Teologia Moral, Filosofia e Letras Humanas. Serafim Leite, *História...*, V, (1945), p. 484.

¹⁹ Casas de aluguel no Recife, fazendas de farinha e de gado, engenhos, casa de campo, renda da botica. Serafim Leite, *História...*, 1945, p. 478, notas de 1-6 e p. 479, notas de 1-4.

partir de então, os dois prédios tiveram os mais variados destinos e usos, passando sucessivamente ao domínio da Cúria, do Governo e do clero laico. Neles alternaram-se momentos de disputa, ocupação, abandono e reforma, que, pouco a pouco, lhes descaracterizaram a feição primitiva.²⁰ Em 1855, a igreja foi confiada à rica Irmandade do Divino Espírito Santo²¹, sendo reconciliada sob esta nova invocação.²² Em 1933, o prédio do colégio, onde então funcionava a Faculdade de Direito, foi demolido para o alargamento da rua do cais.²³ A igreja, até então reparada sucessiva vezes, prosseguiu mal conservada e teve grande parte do telhado e do forro da nave desabados por um temporal em 1971. Tombada em 7 de dezembro do ano seguinte, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional executou, entre 1975 e 1982²⁴, grandes obras de restauração.²⁵

Articulação Espacial

Importantes documentos históricos, arquivísticos e iconográficos permitem avaliar a inserção do colégio do Recife e da igreja de Nossa Senhora do Ó na malha urbana da cidade, a arquitetura original e as modificações sofridas ao longo do tempo.

Seguindo o espírito do “*modo nostro*” – funcionalidade, economia, austeridade e salubridade e adaptação à realidade circundante, que as Atas de 1565, da Segunda Congregação Geral da Companhia tornaram regras específicas²⁶ o edifício foi erguido numa área central do perímetro urbano, com a fachada principal voltada para um Largo (cuja função era congregar o povo) e para

²⁰ O corpo da igreja serviu de escola pública, repartição de vacinas e até teatro, tendo como palco a própria capela-mor; o consistório, parte da capela-mor e dois corredores superiores foram ocupados pelo Tribunal de Relação; a sacristia e o corredor térreo do lado leste, armazém do Arsenal de Guerra; o corredor térreo do lado oeste, Sala de Audiências, os cômodos do andar superior, Cadeia. Em 1821, durante revolução em Pernambuco, o general Luís Rego, no comando das tropas de combate aos revoltosos, instalou no prédio do colégio a sede do governo e seus oficiais guardaram cavalos dentro do prédio da igreja.

²¹ Em despacho do presidente da Província de Pernambuco, José Bento da Cunha Figueiredo, datado de 16 de julho de 1855, com a condição de que os cômodos que serviram de Cadeia fossem preparados para ali funcionar o Tribunal de Relação e de se restaurar a igreja “com aquela comodidade e pompa conveniente ao culto”.

²² Em de Setembro de 1865, pelo bispo D. João da Purificação Marques Perdigão, sendo a imagem do Divino para aí trasladada, em procissão solene. Fernando Pio, *Igreja do Divino Espírito Santo* Recife, Arquivo Público Estadual, 1960, p. 29 e seg. Doc. 278.134 – p. 6621.

²³ Serafim Leite, *História...*, V, (1945), p.468-469, nota 2.

²⁴ Relatório sobre a Igreja do Divino Espírito Santo de Recife, feito por Maria Cristina Machado, em 21/07/83. Arquivo do IPHAN, Pasta M PE RECIFE Igreja do Espírito Santo I Nº 36050–1343 05, Pe/Recife, 108 – Cx. 348.

²⁵ Em “Patrimônio Cultural de Pernambuco”, Recife, Conselho Estadual de Cultura, ano I, nº 4.

²⁶ Fixado em regras gerais nas Atas de 1558, da Primeira Congregação Geral da Companhia, Decreto 34, *De ratione aedificiorum*. Isabella Balestreri. “L’Architettura negli scritti della Compagnia di Gesù”, *L’architettura della Compagnia di Gesù in Italia, XVI-XVIII sec.* Catalogo e mostra a cura di Luciano Patteta, Isabella Balestreri; Cristiana Coscarella e Daniella Zocchi. Brescia, Grafo Edizione, 1990, p. 23-24.

nascente, na direção favorável dos ventos (o que lhe propiciava maior aeração). Esta situação é perceptível no “Plano da Villa de Santo Antônio do Recife de Pernambuco”, de Luís dos Santos Vilhena, datado de 1801²⁷, que traz assinalados, em planimetria, inúmeros prédios públicos e religiosos, dentre estes, o “Colégio que foi dos Jesuítas” – um quarteirão dando para um grande Pátio, limitado à margem esquerda pela Rua do Colégio, junto ao cais e próximo à Ponte do Recife, ponto central de desembarque da cidade. Uma vez que a sede do Cabido permaneceu em Olinda, faltou ao educandário a situação de proximidade da Catedral, prevista nas normas edificativas da Companhia, onde era permitido aos jesuítas também officiar.

Um depoimento do próprio construtor Fernandes de Matos um termo do registro de doação sua aos padres da quantia que faltava para o término das obras, lavrado em cartório em 12 de Outubro de 1692²⁸ descreve os diferentes corpos que constituíam o edifício como um todo e as principais etapas da construção.

A composição obedeceu ao princípio de distribuição em quadra, prática que articulava com eficiência suas quatro partes distintas de utilização – culto, residência, ensino e trabalho (Fig. 1). O corpo do colégio propriamente dito foi situado à esquerda do terreno. Constava de um sobrado de linhas sóbrias, classicizantes, com vinte palmos de altura, composto de quatro áreas distintas – Comunidade, Estudos, Oficinas e Serventia distribuídas em torno de um grande

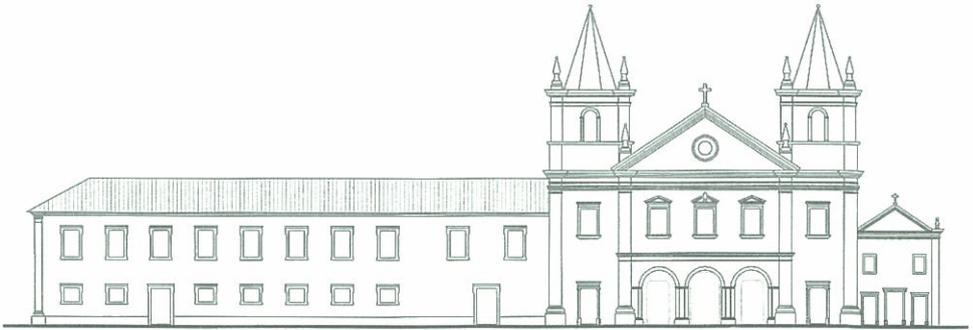


Fig. 1. “Reconstituição dos alçados da fachada principal do Colégio de Recife e da Igreja de Nossa Senhora do Ó e da fachada lateral da igreja”. Estudo da autora baseado em iconografia e bibliografia de época, em fotos do arquivo do IPHAN e atuais.

Escala Gráfica do desenho original 1:450. Desenho de André de Campos Alvarenga.

²⁷ MS, bico-de-pena, aquarelado com sépia. 26,5 x 72,0 cm. Inseto em *Coleção de Plantas geográficas, hidrográficas, planos e prospectos relativos a algumas das cartas de notícias soteropolitanas e Brasilicas 1801. Cartas XXII, XXIII, XXIV.* Carta XXII, nº 2. Itens L, 5, e 6. Fundação Biblioteca Nacional. Seção de Cartografia e Manuscritos Raros. Registro 10,2,26.

²⁸ Matos relata que, no decurso da obra, orçada em 60 mil cruzados, os padres tiveram dificuldades com os pagamentos. “Do claustro, a altura de duas laterais já haviam chegado à cornija e as outras duas atingido 14 palmos, da flor da terra para cima, faltando somente dois terços em um dos lados e paga a quantia de 21 mil cruzados e 6 mil e cento e oito réis.” Ele próprio completou o que faltava, dando-se por reembolsado de 4 contos e 800 mil réis – valor da capela-mor – preço. *Bras.* 11, 485-486. Serafim Leite, *História*, Vol. V, pp. 464-467.

Pátio circundado por “corredores abertos até o meio, na forma que há de ter toda obra do colégio”, diz o construtor, o que faz supor tratar-se do esquema de *loggias* sobrepostas, que se impôs em Portugal desde Quinhentos.²⁹ O Pátio (que ele denomina Claustro) media “50 palmos de vão, em quadra” (c. de 1320²). Para os corredores abriam-se diversos cômodos (“quatro celas, no piso superior, medindo cada uma 27 palmos, correspondendo a outras tantas ‘casas’ [divisões] na parte de baixo para cubículos ou despejos, com uma escada toda de pedra para a serventia”). Os anais falam da beleza da capela interior³⁰ e da importância da farmácia como provedora de receita e assistência ao povo.³¹ À direita do Pátio e separado deste por um corredor de acesso à área residencial, ficava a igreja, com coro, tribunas e sacristia e, ainda, o consistório e a livraria. Anexo à igreja, pelo lado da Epístola, um outro corredor separava-a de um pequeno claustro, pertencente à Congregação Mariana de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, importante irmandade laica, ligada aos jesuítas. Em 1708, esse claustro transformou-se em uma capela ricamente ornada.³²

Em seu depoimento, Matos relata que as obras iniciaram-se pela igreja, a partir da sacristia para as capelas e a nave. Quando pronta, totalizou 130 palmos de comprimento por 60 de largura. Seu frontispício ocupava uma grande parte do Largo e avançava em relação a duas torres, iguais e lateralmente dispostas (Fig. 2). Na parte térrea, ele possuía um pórtico de feição renascentista, com cinco arcos plenos apoiados sobre dez pares de colunas geminadas. Para ele abriam-se três portadas em frontão interrompido, uma principal e duas laterais, solução utilizada a partir de Seiscentos nas igrejas brasileiras de grande porte, ao invés da portada única, do programa jesuítico inicial. Outras duas, com acabamento mais simples, serviam às torres. No andar superior do frontispício situava-se o coro, servido por duas portas ricamente entalhadas e iluminado por cinco janelas em correspondência com os arcos do pórtico. Rematava com a composição um frontão clássico, “sendo tudo de cantaria lavrada”³³, revestimento que requer grande disponibilidade de recursos. Em 1694 a igreja



Fig. 2. “Reconstituição do alçado da fachada lateral do Colégio de Recife e da Igreja de Nossa Senhora do Ó e da fachada lateral da igreja”. Estudo da autora baseado em iconografia e bibliografia de época, em fotos do arquivo do IPHAN e atuais.

Escala Gráfica do desenho original 1:450.

Desenho de André de Campos Alvarenga.

²⁹ Pedro Dias, “Notas para o estudo do emprego das ordens clássicas nos claustros quinhentistas de Coimbra”. *Arte Portuguesa. Notas de Investigação*. Coimbra, Universidade de Coimbra, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, 1988, pp. 176-177.

³⁰ *Bras*, 10, 177v. Serafim Leite, *História...*, V, (1945), p. 468, nota 5.

³¹ *Bras*, 6, 439. Serafim Leite, *História...*, V, (1945), p. 478.

³² Barra de azulejos e pinturas no forro do coro. Serafim Leite, *História...*, V, pp. 469-470.

³³ José Antônio Gonsalves de Mello, *Antônio Fernandes de Matos 1671-1701*, (1957), Apenso VI, p. 115.

é descrita nos anais como uma “obra formosa e grande, com muito elegante pórtico, faltando ainda os altares”.³⁴

Em 30 de outubro de 1823, um ofício dirigido pela Junta do Governo de Pernambuco ao Cabido da Sé, deliberou a demolição do pórtico e o recuo do frontispício, alegando não só razões de segurança o teto da igreja ameaçava ruína – mas estéticas – “para se conseguir a beleza que pretendemos dar ao páteo deste Palácio”.³⁵ O frontispício foi, então, nivelado às torres e às três portadas que se abriam para o nártex. As escavações executadas pelo SPHAN, em 1977, encontraram esses antigos alicerces.³⁶

Pode causar estranheza o fato de Matos ter concebido o frontispício precedido de pórtico pois, na verdade, esta solução construtiva e a sua versão adotada ao portal – a galilé – não fizeram escola na arquitetura jesuítica, que sempre privilegiou o tratamento em superfície da composição. Contudo, devemos lembrar que o pórtico foi adotado no frontispício da Espirito Santo (1567-1573), do Colégio de Évora, sob a influência local da vizinha São Francisco (1460-1501), ao que informa o Pe. Baltazar Teles, por imposição do infante, cardeal D. Henrique.³⁷

A planta do jesuíta José Caetano, datada de 1759, copiada no “Prospecto da Villa do Recife, vista pelo lado de Olinda”³⁸, da *Coleção de Plantas*, de Vilhena, e o panorama de R. Schmidt, “Fernambuck”, datado de 1826-1832³⁹, dão uma noção do que representou a volumetria do edifício em relação à urbe e das primeiras modificações introduzidas na arquitetura original da igreja. Da igreja, o prospecto de Vilhena deixa ver apenas o frontão do frontispício, reto, de perfil triangular e óculo no tímpano, característico da maioria dos templos jesuítas do período, e as duas torres sineiras, já com acabamentos diferenciados – um menor piramidal e outro, bulboso, mais elevado. Vilhena diz, textualmente, ter copiado fielmente o prospecto da planta do padre Caetano. No panorama de Smitdh, vêmo-la com a torre ainda mais elevada e em balaustrada, resultado da modificação ocorrida em 1819 para nela se instalar o telégrafo ótico, que serviu à cidade até a metade do século XIX. Ao invés do frontão do frontispício, o

³⁴ Francisco Augusto Pereira da Costa. “Real Colégio da Vila do Recife dos padres jesuítas”, *Anais Pernambucano*. Recife, Arquivo Estadual, 1951/1966 (10 Vols.), Vol. 3, p. 402.

³⁵ José Antônio Gonsalves de Mello, *Antônio Fernandes de Matos 1671-1701*, (1957), p. 37.

³⁶ Artigo: “O Patrimônio faz descobertas”. *Jornal do Comércio*, Recife, 26/06/77. Arquivo do IPHAN, Pasta M PE RECIFE Igreja do Espirito Santo I Nº 36050 –1343 05, Pe/Recife, 108 – Cx. 348

³⁷ Francisco Rodrigues, *História...*, T. II, vol. I, 182, Nota. In Paulo Santos, *Contribuição ao Estudo da Arquitectura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil*, Coimbra, Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1966, pp. 18 e 26.

³⁸ MS, bico-de-pena, aquarelado com sépia. 26,5 x 72,0 cm. “Copiado fielmente da que no anno de 1759 levantou o Padre José Caetano, religioso que foi da Companhia.” Carta XXII, nº 1. Item 7. Em *Coleção de Plantas geográficas, hydrográficas, planos e prospectos relativos a algumas das cartas de noticias soteropolitanas e Brasilicas 1801. Cartas XXII, XXIII, XXIV*. Original: Fundação Biblioteca Nacional. Seção de Cartografia e Manuscritos Raros. Registro 10,2,26.

³⁹ Desenho aquarelado, colorido, 23,0 x 151,8 m. Original Fundação Biblioteca Nacional. Seção de Iconografia E:C:IV – Arc.30 – Registro 50701, 1948 –c. Posteriormente o desenho foi litografado por Salathé e Steinmann.

panorama mostra um telhado como proteção do coro e do pórtico, naturalmente posteriormente aí colocado devido ao estado ruinoso da cobertura da igreja. E, pela data de sua execução, ele prova que, decorridos quase dez anos do decreto de 1823, o frontispício da igreja permanecia avançado. De qualquer modo, em meados do século XIX ela já tinha a feição que hoje vemos, como representa a litografia de F. H. Carls, “executada a partir da fotografia de Stall, tirada cinco minutos antes do memorável desembarque de D. Pedro II, em 1859, na Praça do Colégio, no Recife”.⁴⁰ No ângulo esquerdo está a então Academia de Direito, que funcionava no prédio do antigo colégio; à direita, a igreja, já sem o pórtico e com uma das torres transformada em telégrafo semafórico e a capela da Congregação, ambas com os frontões barroquizados.

Sobre as torres, uma questão se impõe: por que teria havido um tratamento diferenciado entre elas ainda em plena vigência da ação dos jesuítas na Colônia, que estaria em desacordo com o padrão utilizado por esses religiosos quando ocorriam duas torres na fachada – o de simetria e equilíbrio plástico da composição? Lúcio Costa chama a atenção para os poucos exemplos de igrejas jesuíticas brasileiras de duas torres concluídas simultaneamente, como as dos colégios de de Salvador e de Belém do Pará, lembrando que “quando os planos previam a possibilidade de no futuro se vir a construir uma segunda torre, aquela que primeiro se fazia era a de ligação entre a ala do colégio correspondente ao terreiro e a igreja” (como a de Santo Inácio, do Rio de Janeiro, e a de São Paulo). E que nas igrejas brasileiras coloniais, o perfil bulboso só aparece na cobertura das torres em pleno século XVIII, “como corolário do barroco”.⁴¹ No caso do Recife, quem sabe teria havido uma tentativa de modernizar as da Igreja do Ó, através de um acabamento mais imponente e requintado do que o piramidal (próprio das torres quinhentistas com cobertura de pedra e cal), e que já se avizinhavam nas torres das igrejas do Carmo e do Rosário. Acabamento este naturalmente iniciado na torre mais visível, aquela que costeava a rua do cais do rio Beberibe.

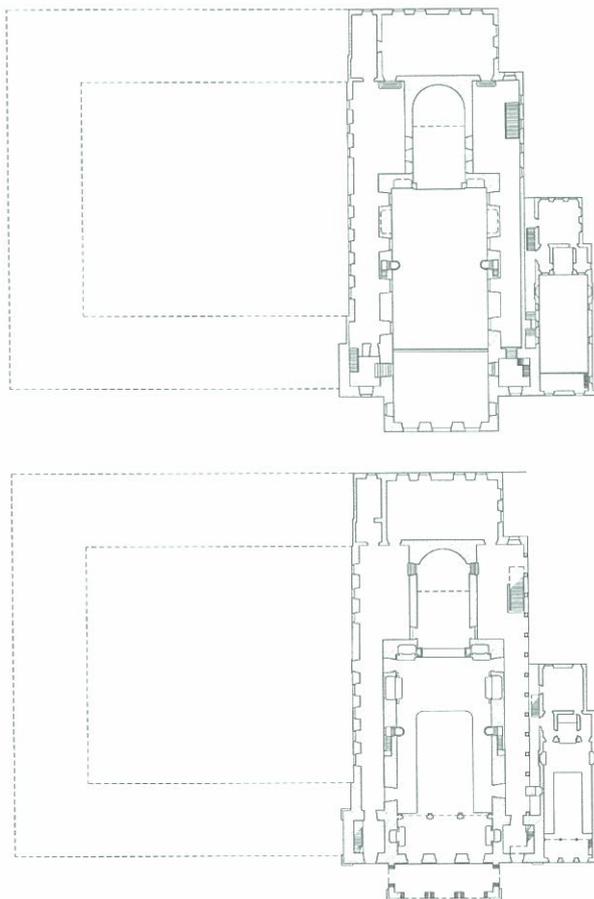
Em sua arquitetura externa original, a igreja de Nossa Senhora do Ó buscou uma conciliação entre a tipologia da tradição eborense e sua idéia de pórtico com arcada, e a da presença de duas torres flanqueando a fachada, resgatada da arquitetura medieval pelo arquiteto Felipe Terzi, na igreja agostinha de São Vicente de Fora, que deu início à fase maneirista portuguesa mais complexa.

Internamente, a igreja conjugou soluções arquitetônicas do Maneirismo Nacional e Tardio (Fig 3a e 3b). Visando acentuar a convergência do olhar do fiel em direção ao altar mor e permitir sua participação mais direta na liturgia, a planta é retangular, em nave-salão, com transepto inscrito no perímetro de

⁴⁰ Fot: Stalle Cia. Litogravado em cores, 19,5 x 30,7 cm. e editado por F. H. Carls, *Álbum de Pernambuco e seus Arredores, 1878*. Reprodução em Recife, Gráfica Editores do Recife SA, Departamento de Documentação e Cultura, 1956. Arquivo do IBPC – 5ª Regional – Recife – PE, Doc. OR 919.134 – F387a. Coleção Américo Jacobina Lacombe e IHGB. Original no Museu do Estado de Pernambuco, Recife.

⁴¹ Lúcio Costa. “A Arquitetura Jesuítica no Brasil”. *Revista da SPHAN*, nº 5, Rio de Janeiro, MES, 1941, p. 24

Fig. 3a e b. “Reconstituição das plantas de nível térreo e superior do templo”. Estudo da autora baseado em iconografia e bibliografia de época, em fotos do arquivo do IPHAN e atuais; em plantas do arquivo do MEC/SPHAN/ Fundação Nacional Pró-Memória. Catálogo Recife – PE Classificação: 1850-1 34.01 (8) – 221-99, em 21/12/82; ANS 02151 e ANS 02152. Escala Gráfica 1:450. Catálogo Recife – PE. Classificação: 1850-2 34.01 (8) – 221-99, em 21/12/82; ANS 02152. Catálogo Recife – PE. Classificação: 1850-3 34.01 (8) – 221-99, em 21/12/82; ANS 02153. Catálogo Recife – PE. Classificação: 1850-2 34.01 (8) – 221-99, em 21/12/82; Levantamento 1653 – Arquivo B. ANS 02149 e ANS 02150, DPHAN, em 24/07/1958. Escala Gráfica do desenho original 1:450. Desenho de André de Campos Alvarenga.



base. Foi inaugurada com cinco capelas – três na cabeceira e duas nas ilhargas do transepto. A capela-mor, de Nossa Senhora do Ó, é funda, como as da fase maneirista mais complexa, com altura diferenciada da nave ⁴² e possui duas tribunas laterais. As duas colaterais, do Bom Jesus e de Nossa Senhora da Paz, são rasas, tratadas como grandes nichos, a exemplo de São Roque e Espírito Santo, dentre outras. Estas três capelas estão limitadas por arcos plenos, que guardam entre si uma relação de equilíbrio, da tradística clássica. As do transepto, de Santo e Inácio e de São Francisco Xavier, são parietais. Todas cinco achavam-se concluídas em 1701, com altares e retábulos em “excelentes obras de marcenaria e entalhe”, das quais, diz a ânua, ocupara-se o Irmão Domingos Trigueiros, *faber lignaris*.⁴³ A ausência de cúpula no cruzeiro mostra, como nas congêneres portuguesas da fase Nacional, uma simplificação construtiva em relação à proposta romana. Como em Évora, o formato em caixa cúbica foi contrabalançado pela cobertura em abóbada (totalmente modificado com a

⁴² O altar-mor sofreu um aprofundamento posterior na reforma de 1872, a partir do término das duas tribunas.

⁴³ *Bras*, 5 (2), 87. Serafim Leite, *História...*, V, p. 467, nota 3.

reforma de 1977), o que lhe acrescentou maior amplidão acústica do que a plana, utilizada, por exemplo, em São Roque. Segundo a descrição da época, o teto era forrado com painéis e decorado com florões de talha, revelando uma solução utilizada na primeira fase do Barroco em Portugal. As cimalkas eram em cantaria lavrada (parte delas foi reconstituída em cimento na reforma de 1977). Mais abaixo, uma seqüência de seis tribunas em parapeito de cada lado (atualmente transformadas em janelas), eram de uso exclusivo da comunidade religiosa, que assim podia participar dos atos litúrgicos sem ser observada pelos fiéis situados na nave.⁴⁴ A nave não possuía capelas laterais, sendo reduzida, como na de São Paulo, de Braga, a um simples caixão prismático. Dois púlpitos, executados em “cantaria lavrada, com parapeitos e sobrecéus de entalhamento”, elevados no meio da nave, propiciavam melhor escuta do sermão. O coro, reduzido e colocado ao fundo da nave, acima do nártex⁴⁵, abriu espaço para maior visibilidade do altar-mor e para aí se arrumar as tribunas laterais, dando o mesmo pé direito com o primeiro andar da área da comunidade religiosa. As paredes caiadas visavam contrastar com o tratamento em cantaria dos alizares dos arcos das capelas e do rico perfilado das cimalkas e cornijas. O intuito de agilizar a circulação foi conseguido através dos dois corredores laterais ao templo, em comunicação com as torres, capela-mor, transepto e sacristia através de portas. Parte deles, na parte térrea era reservada para a via-sacra. A sacristia, deslocada de sua posição usual de lateralidade para parte posterior do templo, teve um aumento considerável em seu tamanho, adaptando-se, assim, à demanda crescente da população. Era iluminada por janelas de parapeito, iguais às do corredor que davam para o Pátio. No século XVIII, foi enriquecida com pinturas da vida de Santo Inácio, com um altar de Sant’Ana e um mobiliário admirável. O aproveitamento do seu andar superior para biblioteca, anteriormente inserida nos corredores habitacionais⁴⁶, propiciou um aumento

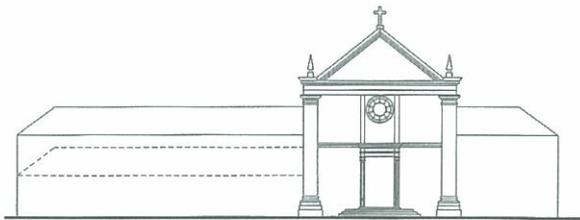


Fig. 4. “Reconstituição do alçado da fachada principal da Igreja de Nossa Senhora da Graça e das dimensões do alçado do Colégio de Olinda, Pernambuco”. Estudo da autora baseado em iconografia e bibliografia de época; em fotos do arquivo do IPHAN e atuais. Escala Gráfica do desenho original 1:450. Desenho de André de Campos Alvarenga.

⁴⁴Fausto Sanches Martins, *A Arquitectura dos Primeiros Colégios Jesuítas em Portugal*, Tese de Doutorado, inédita. Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1994, p. 971.

⁴⁵uma distribuição inaugurada por Herrera na igreja do Palácio do Escorial. Foi incorporada por seus seguidores, dentre eles Filipe Terzi, que colaborou com o arquiteto português Afonso Álvares, na igreja de São Roque, de Lisboa e foi aí o construtor da igreja agostinha de São Vicente de Fora.

⁴⁶ Fausto Sanches Martins, *A Arquitectura dos Primeiros Colégios...*, (1994), p. 898.

considerável em seu espaço, deslocamento, aliás, que ocorreu nos colégios atingidos pelo programa monumental.

Para se ter uma idéia das dimensões do Colégio de Recife e da Igreja do Ó na realidade dos jesuítas em Pernambuco, basta comparar seus alçados com os do Colégio e Igreja da Graça, de Olinda (Fig. 4), aqui reproduzidos na mesma escala gráfica.

Considerações Finais

Diferentemente do que ocorreu em outros colégios da Companhia de Jesus no Brasil, nos quais o programa monumental sobrepôs-se ao já existente, a polarização de interesses das classes dominantes da capitania de Pernambuco a rural e a mercantil – exigiu dos jesuítas aí uma bifurcação, deslocando-se o grandioso empreendimento da estagnada vila de Olinda para a promissora Recife. Que, na verdade, tornar-se-ia sede da capitania em 1827.

No entanto, apesar do caráter cenográfico, próprio do Barroco, que o conjunto edificativo – Colégio do Recife e Igreja de Nossa Senhora do Ó – representava na visualidade urbana, com sua imponente fachada abrindo para o Largo e para o Cais como um “pórtico majestoso da cidade”⁴⁷, do ponto de vista formal, sua arquitetura inseriu-se ainda na estrutura maneirista da Contra Reforma desenvolvida em Portugal. Conciliou, do ciclo inicial, aspectos de sobriedade e contenção, com outros mais complexos, da fase tardia, e teve sempre privilegiadas as relações de equilíbrio e o jogo construtivo da composição sobre o aparato ornamental, salvo em áreas consideradas nobres. O que vale dizer que o Barroco surge, aí, pontual, marcando bem mais o entorno e alguns espaços da decoração arquitetônica do que o da arquitetura propriamente dita.

Bibliografia

- L'architettura della Compagnia di Gesù in Italia, XVI-XVIII sec.* Catalogo e mostra a cura di Luciano Patteta, Isabella Balestreri; Cristiana Coscarella e Daniella Zocchi. Brescia, Grafo Edizione, 1990.
- CARVALHO, Anna Maria F Monteiro de. “Três Momentos da Arquitetura dos Jesuítas no Brasil. Igrejas dos Reais Colégios da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco”. *Portugal/ Brasil-Brasil/ Portugal. Duas faces de uma realidade artística*. Lisboa, Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses, 2000, pp.36-49.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. “Real Colégio da Vila do Recife dos padres jesuítas”, *Anais Pernambucano*. Recife, Arquivo Estadual, 1951/1966.
- COSTA, Lúcio. “A Arquitetura Jesuítica no Brasil”. In *Revista da SPHAN*, nº 5, Rio de Janeiro, MES, 1941.

⁴⁷ Serafim Leite, *História...*, (1945), p. 483.

- DIAS, Pedro. *Arte Portuguesa. Notas de Investigação*. Coimbra, Universidade de Coimbra, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras, 1988.
- LEITE Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Volume V. Lisboa/Rio de Janeiro, Casa da Moeda/Imprensa Nacional, 1945.
- MARTINS, Fausto Sanches, *A Arquitectura dos Primeiros Colégios Jesuítas em Portugal*, Tese de Doutoramento, inédita. Porto, Faculdade de Letras do Porto, 1994
- MELLO, José Antônio Gonsalves de, *Antônio Fernandes de Matos 1671-1701*, Recife, Edição dos amigos da DPHAN, Recife, 1957.
- PIO, Fernando, *Igreja do Divino Espírito Santo* Recife, Arquivo Público Estadual, 1960.
- RODRIGUES, Francisco. *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Porto, 1931-1944, T. II, vol. 1.
- SANTOS, Paulo, *Contribuição ao Estudo da Arquitectura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil*, Coimbra, Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, 1966.